

## «INTER» VAI A FRANÇA

Uma delegação da Intersindical visitará a França de 5 a 8 de Abril, a convite da Confederação Francesa Democrática do Trabalho — C.F.D.T.

Segundo informações da «Inter», a delegação terá conversações com membros da comissão executiva e do departamento internacional da C.F.D. T. sobre questões relativas aos movimentos sindicais dos dois países, problemas internacionais de interesse para as duas organizações sindicais. Além disso, a delegação da Intersindical manterá em França contactos com os responsáveis da união regional de Orleães.

D2x

11/4/76

# MOVIMENTO SINDICAL DENUNCIA MANOBRAS DO PATRONATO

*Richie  
2/4/76*

O movimento sindical repudia, num comunicado ontem distribuído, a posição do patronato, ao invocar disposições legais para se furtar a negociar importantes matérias de contratação colectiva, nomeadamente no que respeita a salários.

Com efeito, tendo tido conhecimento de manobras de entidades patronais que no decurso de negociações se negaram a aceitar a aplicação retroactiva de cláusulas de convenções colectivas, nomeadamente as relativas a remuneração, com o pretexto de que o Decreto-Lei 164-A/76, de 28 de Fevereiro sobre «contratação colectiva» o proíbe, os secretariados da Intersindical Nacional e das uniões distritais de Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e das uniões locais de Torres Novas, Torres Vedras e Sines, reunidos ontem conjuntamente, decidiram «reafirmar as posições expressas

pelos trabalhadores em amplas reuniões promovidas pelo movimento sindical» e aprovadas no plenário da Intersindical do dia 13 de Março.

Ao mesmo tempo, aquelas organizações denunciam «as posições do patronato, ao negar-se a aceitar a aplicação retroactiva dessas cláusulas das convenções colectivas, posições essas que visam fundamentalmente liquidar a liberdade de negociação e estabelecer condições para arrastar as negociações e assim atrasar, ao máximo, a recuperação e a melhoria do poder de compra,

perdido por efeito da subida de preços ocorrida durante a vigência das convenções», o que, segundo os termos do comunicado, «terá gravíssimas consequências para todos os trabalhadores».

Por último, o movimento sindical reafirma a sua posição de «não admitir que, com «interpretações» de última hora, o Ministério do Trabalho venha a impor a proibição da retroactividade de cláusulas de convenções colectivas, proibição que a ampla mobilização dos trabalhadores impediu que tivesse ficado consagrada no referido decreto-lei».

## Diversos “não” à greve

*O jornal  
2/4/76*

Os trabalhadores de diversos sectores recusaram, ao longo da semana a utilização da greve como arma para a resolução dos conflitos colectivos de trabalho, partindo do pressuposto que embora justas as greves seriam inoportunas. Verifica-se, assim, concordância entre as posições assumidas pelos partidos políticos com assento no Governo e grande número de organizações sindicais.

Aliás, as posições dos partidos políticos, especialmente as do PCP, foram aceites com relativa facilidade pelas associações sindicais afectas à linha do secretariado da Inter. Quanto à linha PS a aceitação das opiniões partidárias foi mais morosa e só nos últimos dias começou a fazer algum efeito.

Todavia, este «seguidismo» das directrizes partidárias teve nalguns casos efeitos contrários

permitindo a ultrapassagem das estruturas sindicais com relativa facilidade ou provocando a divisão dos trabalhadores. Desta forma, enquanto os metalúrgicos recusam, por enquanto, o recurso à greve como forma de levar as associações patronais faltosas a sentarem-se à mesa das negociações, os trabalhadores da construção civil de três distritos (Beja, Braga e Setúbal) decidem contra a opinião da comissão negociadora entrar em greve enquanto não for publicada a portaria de regulamentação de trabalho do sector.

Por outro lado, ao mesmo tempo que os estivadores do Porto de Lisboa optam pela paralisação de duas horas diárias (com tendência para o agravamento), exigindo actualização salarial, os ajudantes de farmácia decidem suspender a greve progressiva e intermitente, que esta-

*CAPITAL - 2/4/1976*

## Intersindical na Confederação dos Sindicatos Árabes

ÁLVARO RANA e José Manuel Carlinhas, integrando a delegação da Intersindical, assistiram, como convidados, ao VI Congresso Geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes, que se realizou de 24 a 28 de Março, em Alexandria. No decurso dos trabalhos apresentaram uma saudação em nome dos trabalhadores portugueses.

No relatório político do congresso manifestou-se o apoio às forças progressistas portuguesas e fez-se a denúncia às ingerências do imperialismo americano e do capitalismo internacional nos destinos do povo português.

A delegação da Intersindical recebeu convites para visitar

oficialmente o Iraque, a Síria, o Yemen democrático e o Vietnã, durante o ano em curso.



# Os trabalhadores viram reconhecidos os direitos e os princípios por que se bateram

Journal - 2/4/76

Albertino Antunes

A Constituinte termina hoje os trabalhos, deixando aprovado um texto constitucional capaz de constituir um tampão legal a quaisquer prepotências de futuros Governos. É ainda cedo para apreciar globalmente a futura Constituição, podendo, no entanto, afirmar-se que, no referente aos trabalhadores e às suas organizações, se encontram consagrados (nalguns casos de um modo imperfeito e pouco claro) os direitos e princípios pelos quais se têm batido os trabalhadores ao longo dos últimos anos.

Assim, encontram-se assegurados na Constituição, entre outros, os direitos à greve (sem limitações) e ao **controlo** da gestão, a proibição do **lock-out**, os princípios da liberdade, democracia e independência sindicais e o direito à constituição de comissões de trabalhadores.

Como é natural, dada a diversidade existente na Assembleia, alguns daqueles pontos foram discutidos acaloradamente, pelo que, de seguida, além de um resumo do texto constitucional faremos referência a algumas controvérsias mais importantes.

No entanto, é curioso lembrar, desde já, que houve unanimidade (com aplausos) sobre a proibição do **lock-out** o que levou Vital Moreira (PCP) a manifestar duplo regozijo quer pela aprovação do princípio quer pelos aplausos vindos das bancadas do PPD e CDS. Estes responderam, afirmando Basílio Horta do CDS: «O **lock-out**, para nós, não deve ser nunca utilizado como arma na luta de classes. Para nós, é ao Estado, é à administração pública, é efectivamente aos sindicatos que cabe resolver os conflitos de trabalho com as entidades patronais».

## Associações sindicais

Na discussão a propósito das associações sindicais, o PPD defendeu com certa habilidade o pluralismo mascarado de unidade, no que foi contrariado pelo PS e PCP, os quais retomaram, com argumentos mais claros, a polémica sobre a unidade/unici-

dade sindical. Acabou por vencer a tese PS (unidade), ficando aberta a porta do pluralismo.

Todavia, os deputados do PCP, nomeadamente Vital Moreira, defenderam bem a unicidade sindical, demonstrando sobretudo que esta não se opõe à liberdade sindical (liberdade colectiva que assiste a uma classe ou sector profissional de criar sindicatos sem ingerências estranhas) mas proíbe a criação de organizações sindicais paralelas a todos os níveis. Esgotados os argumentos a favor da consagração constitucional da unicidade, os deputados do PCP fizeram uma proposta que, pelo menos, possibilitasse a proibição do pluralismo. Esta proposta, que foi rejeitada, era do seguinte teor: «A lei poderá determinar, de acordo com a vontade das classes trabalhadoras, medidas de defesa da unicidade sindical, visando impedir o pluralismo sindical».

Deste modo, o texto constitucional deixa em aberto a possibilidade de se constituírem organizações sindicais (confederações, uniões, federações e sindicatos) paralelas às existentes, dividindo os trabalhadores. Com efeito, a futura Constituição depois de reconhecer aos trabalhadores a liberdade sindical, como condição e garantia da construção da sua unidade, estipula que no exercício dessa liberdade «são garantidos aos trabalhadores, sem discriminação de qualquer espécie, designadamente, a **liberdade de constituírem associações sindicais a todos os níveis**, a liberdade de inscrição, a liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais, bem como o direito de exercício da actividade sindical dentro da empresa».

O texto da futura Constituição consagra ainda o direito de tendência nos sindicatos, embora condicionado à sua fixação nos respectivos estatutos, e estabeleça para o funcionamento interno das associações sindicais os princípios da organização e gestão democráticas, baseados na eleição periódica, por escrutínio secreto, dos órgãos dirigentes. Finalmente, consagra-se

a independência das associações sindicais em relação ao patronato, Estado, confissões religiosas, partidos e outras associações políticas, devendo os sindicatos participar na elaboração da legislação do trabalho, na gestão da segurança social e na elaboração dos planos económico-sociais.

## Comissões de trabalhadores

«É direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores», afirma-se no n.º 1 do artigo constitucional dedicado às comissões de trabalhadores.

Também esta matéria, especialmente no que se refere à possibilidade conferida às comissões de trabalhadores de exercerem o controlo da gestão e de intervirem na reorganização das unidades produtivas, gerou larga controvérsia. Assim, enquanto a UDP se bateu pela generalização do controlo às fábricas, campos estabelecimentos e empresas, defendendo a não regulamentação das comissões de trabalhadores, o PPD veiculou propostas contendo princípios co-gestionários e o CDS aceitou sem relutância o controlo da gestão.

Acabou por vencer a tese do PS que, salvo pontos de pormenor era idêntica à do PCP. Nesta conformidade, as CTs serão eleitas em plenário por voto directo e secreto (o PCP não concordou com esta forma de eleição), os seus membros gozam da mesma protecção que os delegados sindicais e cabe-lhes exercer o controlo de gestão nas empresas e intervirem na reorganização das unidades produtivas. Por outro lado as CTs têm o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económico-sociais que contemplam o respectivo sector.

Finalmente, em consonância

com esta matéria refira-se que «todos têm o direito de constituir cooperativas», devendo o Estado apoiar as iniciativas nesse sentido e ainda apoiar todas as experiências de autogestão.

## Outros direitos

Além da proibição do **lock-out**, avulta, de entre os direitos reconhecidos aos trabalhadores, o direito à greve, cabendo aos próprios trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender, não podendo a lei limitar tal âmbito. Estes preceitos são bastante importantes e só por si permitem desde já afirmar que será inconstitucional a futura lei da greve se ela for elaborada com base no projecto posto à discussão pelo Ministério do Trabalho. Nomeadamente, seja inconstitucional a proibição de greve para trabalhadores de determinadas empresas, consideradas como prosseguindo interesses públicos.

Quanto a outros direitos reconhecidos aos trabalhadores salientem-se os seguintes: direito ao trabalho e à livre escolha da profissão ou género de trabalho; segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos ideológicos; retribuição do trabalho segundo a sua quantidade, natureza e qualidade e de acordo com o princípio de para **trabalho igual salário igual**; actualização do salário mínimo e fixação do salário máximo, tendo em atenção as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida e o nível de desenvolvimento das forças produtivas; fixação de um horário nacional de trabalho, estabelecendo-se o máximo da jornada de trabalho, bem como o descanso semanal e férias periódicas pagas.

A finalizar, saliente-se que de acordo com o texto constitucional a efectivação destes direitos está dependente da apropriação colectiva dos principais meios de produção, da planificação do desenvolvimento económico e da democratização das instituições.



# LCI: um Congresso democrático dos sindicatos

Continuação da pág. 3

balhadores, de moradores ou até sindicatos. Já se fizeram, sem exagero, dezenas de encontros, secretariados de comissões de luta e de trabalhadores, dos chamados «órgãos de vontade popular» ou de poder popular, etc., e nenhum desses organismos conseguiu autoridade que tornasse possível a coordenação e a centralização das organizações que, nas herdades colectivas e nas fábricas, sobretudo, são os embriões do poder dos trabalhadores. Nós dizemos, por isso, que, dada a actual importância dos sindicatos, dada a sua organização nacional, eles deveriam servir, no imediato, para criar a frente unida de luta, a unidade de todos os trabalhadores, desde que se salvaguardasse a liberdade de expressão organizada de todas as tendências sindicais do movimento operário. Constituiria um enorme passo em frente a realização de um Congresso democrático de todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical, e o programa de luta imediato dos trabalhadores poderia sair desse congresso. Tal unificação multiplicaria o entusiasmo e aceleraria as possibilidades de centralizar e coordenar as CTs, para lançar um esboço de planificação socialista, expropriar totalmente o grande capital nacional ou não, concentrar num só organismo os piquetes de defesa das lutas contra a policia e os

bandos armados, acabar de vez com a chantagem e os ataques das forças burguesas.

É porque ninguém defende este programa de unidade e independência dos trabalhadores para o socialismo que a LCI concorre às eleições.

**EXP. — A LCI convida o PS e o PCP a rasgarem o Pacto, assumindo as suas responsabilidades perante os trabalhadores que representam na constituição de um Governo independente de forças capitalistas de «militares burgueses».**

**Pode-se entender que a LCI apoiaria um candidato à Presidência, desde que proposto por aqueles dois partidos?**

**F. F. —** É significativo que se comece e já a pôr o problema das presidenciais. Todos os olhares estão virados, com efeito, para o próximo presidente e as forças burguesas consideram as legislativas apenas como o pano de fundo para futuras alianças e candidaturas nas eleições para Presidente da República. Desde já nos cumpre denunciar o projecto de regime que está por detrás delas, e que inclusivamente vai impor à Assembleia da República um papel de decoração democrática de um regime presidencialista. O grande inspirador desta máquina infernal foi o Partido Socialista, que aposta numa maioria relativa para se

esquilibrar entre a ofensiva do PPD e CDS e as lutas operárias. O PCP limita-se a lembrar constantemente que tal só será possível com o seu apoio.

O princípio da estabilidade governamental aprovado na Constituinte vai com certeza dificultar a acção de partidos como o PPD e o CDS, que não disporão, provavelmente, de poderes suficientes para imporem um governo absolutamente seu.

Mas, por isso mesmo, esses partidos burgueses renovam as suas ameaças, exigem a revisão da Constituição e a CIP e a CAP renovam os seus ataques contra o próprio PS (veja-se as declarações de Vasco de Melo e a reunião desta semana em Rio Maior). Continuar com a política criminosa do compromisso, sob a batuta dum presidente burguês que procurará impor a «autoridade» e a «austeridade» contra os trabalhadores, apenas permitirá às forças do capital preparar um novo golpe de força, pacífico ou violento.

Por isto, só apoiáramos um candidato PS/PCP, se estes partidos rompessem os acordos com as forças burguesas, nomeadamente o CR, e se dispusessem a aplicar no Governo um programa de luta decidido pelos trabalhadores.

**EXP. — A LCI acaba por concorrer às eleições com listas próprias. No entanto, até quase ao**

termo de entrega das candidaturas, previa-se a constituição de uma frente eleitoral da LCI com o PRT. Quais as razões que impediram a constituição dessa frente?

**F. F. —** A tentativa de frente eleitoral com o PRT não é um acto isolado, mas um passo na busca da unidade de acção das duas organizações. Pelo menos, foi assim que nós interpretámos essa tentativa. Agora que crises profundas sacodem os governos burgueses e a economia capitalista agora que se acabou a paz social e, na Europa e na América Latina, a luta de classes ganha novos contornos de dureza, a IV Internacional, reforça a sua implantação na classe operária. Tal favorece a unificação e neste quadro se insere o processo LCI/PRT. Como marxistas revolucionários, lutamos pela constituição de partidos operários revolucionários em cada país, organizados numa Internacional revolucionária de massas.

O relativo fracasso desta primeira tentativa, embora preocupante, é apenas um episódio. É explicável pelo anterior sectarismo comum, reproduzido a nível de militantes de base, e, inclusivamente, das direcções de ambas as organizações. Não foi possível chegar a um acordo político; continuaremos a tentar e, neste momento, continuamos a manter relações fraternais com o PRT.

PUBLICIDADE

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73  
LISBOA

### MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio reunidos em plenário no seu Sindicato no dia 22.3.76, aprovaram a seguinte moção:

1. Atendendo a que as afirmações do Ministro do Comércio Externo e Turismo, Dr. Jorge Campinos, proferidas há alguns dias em Estocolmo referindo que os Sindicatos Portugueses «tinham aderido ao Partido Socialista» (à excepção de dois, Metalúrgicos e Construção Civil), não só não corresponde à verdade, como tem efeitos nefastos no Movimento Sindical Unitário, descreditando-o interna e externamente, pondo em causa a sua independência.

2. Atendendo à necessidade de repor publicamente a verdade dos factos;

Repudiam as declarações do Sr Ministro.

LX/2/4/76

P'LA DIRECÇÃO

Seculo - 3/4/76



## DESEJOS DE TRABALHO

# ELEMENTOS AFECTOS À INTERSINDICAL PROCURAM RECUPERAR SINDICATOS

## — AFIRMA A DIRECÇÃO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

Está em curso uma campanha por parte de sindicalistas afectos à Intersindical no sentido de recuperar os sindicatos que ela não controla, colocando lá comissões administrativas da sua linha, a fim de, no próximo congresso da central sindical única as teses do actual Secretariado da «Inter» aparecerem em força — esta a denúncia do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, que promove, no Porto e em Lisboa, conferências de imprensa, a propósito do «assalto» àquele organismo, no decorrer da última assembleia geral extraordinária, considerada pela actual Direcção como irregular, dada a forma como teria decorrido, por alegada falta de «quorum».

Dirigentes em exercício (e alguns demissionários) do sindicato relataram, em Lisboa, aos jornalistas o «assalto» de que a sede foi objecto por elementos que se opõem à actual Direcção. Por outro lado, referiram os episódios relacionados com «a assembleia geral de 28 e 29 de Abril, a qual, nos termos dos estatutos, não só decorreu antiestatutariamente como as suas deliberações são nulas, pois não reuniu o

### Prossegue a greve no sector de chapelaria em S. João da Madeira

Cerca de 800 operários chapeleiros de S. João da Madeira decidiram continuar a greve iniciada há três semanas no decorrer de um plenário efectuado na sede do respectivo Sindicato.

Esta decisão vem na sequência da recusa das entidades patronais — os proprietários de 30 fábricas de S. João da Madeira — em assinar um novo contrato colectivo de trabalho e em aceitar a arbitragem do Ministério do Trabalho no conflito.

«Vivemos na miséria, os nossos salários são, em média, de 5 000\$00 para os homens e de 4 000\$00 para as mulheres», afirmou um dirigente sindical do sector, que esclareceu ser de 40% o aumento salarial reivindicado pelos trabalhadores «na base da subida do custo de vida neste último ano».

Entretanto, dirigentes do Sindicato Nacional dos Operários Chapelheiros obtiveram já do subsecretário de Estado do Trabalho a promessa de elaboração de uma portaria que contemplará fundamentalmente cláusulas do tipo económico como salários e subsídios de férias, nomeadamente.

Houve, entretanto, duas fábricas que chegaram a recomeçar o trabalho mas logo pararam depois de dirigentes sindicais se terem deslocado lá.

«quorum» necessário para lhe dar legitimidade». Explicaram os mesmos dirigentes: «A assembleia foi requerida por 283 sócios, aqueles contra quem nos batemos em Setembro do ano passado quando pela via eleitoral chegámos aos lugares que ocupámos. O «quorum», entretanto, teria de corresponder a dois terços do número de requerentes, o que não acontecia nem chegou nunca a acontecer. Em Lisboa seriam necessárias pelo menos 122 presenças, mas, a despeito da longa série de telefonemas registados na sede, em busca de novas presenças, a verdade é que apenas conseguiram reunir na sede 101 elementos». No Porto, as entradas não foram sequer controladas, de acordo com as palavras dos dirigentes.

Depois de recordarem que em Lisboa o presidente da Assembleia Geral nunca deu abertura a sessão, limitando-se a sustentar uma conversa informal no sentido, certamente, de evitar incidentes desagradáveis, em particular agressões físicas», os dirigentes que convocaram a conferência de imprensa na capital afirmaram que «a comissão directiva que alguns sócios pretendiam empossar, por forma a provocar a intervenção estatal e suas forças repressivas no sindicato», pretendeu abusivamente movimentar fundos e tomar outras medidas mesmo depois de ver frustradas as suas tentativas (assembleia impugnada).

No Porto, a «comissão directiva eleita» à hora e meia da madrugada do dia 30 de Abril quis ser logo empossada, opondo-se os actuais dirigentes, que não cederam as chaves. Os sindicalistas afectos à Intersindical apareceram novamente no sindicato pelas 9 horas, onde permaneceram

até às 5 da madrugada do dia 1 de Maio. Nesse período, ainda segundo os promotores da conferência, emitiram dois comunicados, para o que se «apoderaram» do carimbo do organismo.

Em face do sucedido, logo no dia seguinte à assembleia, convocada para a «análise e actuação dos corpos gerentes», associados requereram a sua impugnação.

Comentando depois os acontecimentos, os dirigentes asseveraram, em Lisboa, que os factos ficam a constituir «uma vitória dos que apiciam a actual Direcção». Acrescentaram que o comportamento da «outra linha» constitui uma forma de represália sobre a Direcção, cujas actuações têm «desmascarado e a manipulação na Intersindical». Presseguido, puseram em relevo a «importância do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, por atingir amplos sectores de actividade no país». A propósito, frisaram: «Quem detiver este sindicato terá um panorama muito correcto de todo o movimento sindical português».

Quanto ao futuro próximo, os dirigentes do sindicato declararam o seu propósito de resistir na defesa das próximas eleições, «pelo menos enquanto o presidente da Assembleia Geral não der posse à pseudo-Comissão Directiva». Reportando-se, de novo, à Intersindical, frisaram: «Para nós a unidade verdadeira apenas se faria depois de uma autocritica da Intersindical, que consideramos isolada e sem o apoio dos trabalhadores». E, a terminar, referindo-se ao próximo congresso dos sindicatos: «Impõe-se uma Intersindical verdadeiramente democrática. Nós não deixaremos de ir ao congresso apesar de o considerarmos contra os trabalhadores».



# SETE SINDICATOS REPUDIAM PLENÁRIO DA PREVIDÊNCIA

Sete sindicatos emitiram uma declaração relacionada com o I Encontro Nacional de Previdência, realizado em Coimbra, no sábado passado e por iniciativa da Intersindical Nacional. Aqueles sindicatos, através da referida declaração, informam que se viram forçados a abandonar o Encontro, pelo que não se julgam vinculados a quaisquer decisões ali tomadas.

No documento comum que deram a público, aqueles sindicatos começam por esclarecer que a sua comparação redundaria numa participação e em que livremente se discutisse e decidisse se a Previdência devia ser integrada no Estado.

A primeira anomalia verificada pelos subscritores daquela declaração diz respeito ao modo como se processou a entrada no recinto do INATEL, uma vez que ninguém procurou identificar os presentes para certificação da qualidade de representante de organismo sindical ou de comissão de trabalhadores.

Na condução dos trabalhos verificaram aqueles sindicatos a anomalia que denunciam a seguir: o critério como eram conduzidos os trabalhos, uma vez que não abordavam o ponto da Ordem de Trabalhos. Observações apresentadas à mesa foram mal recebidas, afirmando também aqueles sindicatos que a Mesa não informou, não esclareceu, alheando-se do

objectivo para que tinha sido convocado o Encontro—a criação do sistema integrado de segurança social.

Nessa conformidade, aqueles sindicatos apresentam-se como não vinculados ao que naquele Encontro tiver sido deliberado. E, ao contrário, decla-

ram-se no direito e na disposição de, em data e por meios oportunos, dar a conhecer aos trabalhadores que representam os motivos de tal decisão, fundamentalmente baseados — segundo declaram — na falta de garantias para o exercício da liberdade de expressão.

## Dirigentes sindicais de Beja são falam a jornalistas <sup>LUTA</sup> credenciados pela Intersindical <sup>5/4/76</sup>

«Só damos entrevistas a jornalistas credenciados pela Intersindical». Foi com estas palavras que o sr. José Francisco Chaveiro, director do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, recebeu há dias um redactor de «A Luta». O enviado do nosso jornal abordava aquele responsável sindical, no sentido de obter algumas declarações sobre uma concentração de camponeses realizada em Beja na semana passada.

Mas o sr. José Francisco Chaveiro foi peremptório: «Só damos entrevistas a jornalistas credenciados pela Intersindical. Esta é a exigência que há cá». Ou o nosso redactor exhibia tal papel, ou não teria a honra de ouvir o que quer que fosse da sua boca...

Perante a insistência do nosso enviado, o dirigente sindical acabaria, porém, por declarar: «São essas as ordens que recebemos da Intersindical». E, a um «como?» nosso, repetiu: «É como lhe digo, são as ordens que temos da Intersindical».

A singular exigência prestar-se-ia a muitos comentários. Contudo, não quisemos deixar de contactar a Intersindical Nacional, em Lisboa. Foi o seu funcionário Marques dos Santos quem, «a título meramente pessoal», como fez questão de frisar, nos declarou: «Essa exigência é frequente em determinados sectores, e eu considero-a legítima. Na base disso estão deturpações que muitas vezes certos jornais fazem das declarações dos dirigentes sindicais. Se os amigos de Beja pensam que isso lhes dá garantias, acho legítimo que exijam a credencial da Inter».

Interrogado ainda sobre que tipo de garantia especial daria uma credencial da Intersindical, o sr. Marques dos Santos respondeu: «Podemos realmente perguntar se essa credencial daria alguma garantia especial aos amigos de Beja, mas se eles pensam que é uma forma de segurança para eles, considero perfeitamente legítima a sua exigência».

Com efeito, não vale a pena comentar.

FORA DO RAIO DA «INTER»

Leite  
6/4/76

# SINDICATOS DO PORTO PROMOVEM «1.º DE MAIO» A SEU PRÓPRIO GOSTO

Realiza-se hoje, no Porto, um encontro de representantes de 61 sindicatos com vista à preparação das festas do 1.º de Maio, numa iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do distrito, que, ontem, através do seu presidente, fez saber que não tem intenção de interferir com outras organizações.

De resto, acrescentou, quando foi tomada a decisão de impulsionar o movimento que resulte numa verdadeira festa dos trabalhadores, o Sindicato promotor desconhecia qualquer outra tentativa análoga por parte da Intersindical, que, através de circular, informou que tinha sido nomeada para o efeito uma comissão de festas.

De qualquer modo, os dirigentes sindicais do Porto decidiram levar por diante a sua própria iniciativa.



## APOIO À REFORMA AGRÁRIA

*J. Motas 8/4/76*

# PLENÁRIO DA INTER AMANHÃ EM BEJA

Convocado pelo secretariado da Intersindical Nacional, reúne em Beja amanhã, dia 9, o plenário da Inter sindical, com um ponto único na ordem de trabalhos: «Reforma Agrária».

A sessão terá lugar no Pavilhão Gimnodesportivo de Beja, estando o início dos trabalhos marcado para as 15 horas.

Enquadrando a realização do plenário, foi estabelecido um programa de iniciativas que se pretende venha a constituir uma grande manifestação de apoio à Reforma Agrária.

Assim, no dia 10, sábado com início às 9 horas, realizar-se-á uma visita a herdades colectivas, com almoço no local. Nesse mesmo dia, à noite, haverá uma sessão de confraternização e convívio com a participação de coros alentejanos e teatro.

No domingo, pelas 15 horas, haverá uma concentração-comício, no largo junto às piscinas, aberta a todos os trabalhadores e população em geral.

## A INTERSINDICAL E A REFORMA AGRÁRIA

*J. Motas 8/4/76*

*Realiza-se amanhã em Beja o plenário da Intersindical Nacional, com o fim de discutir a Reforma Agrária. A reunião começará pelas 15 horas, sob convocação do secretariado da Inter, no pavilhão gimnodesportivo da cidade.*

*A iniciativa será acompanhada pelo que se julga possa constituir grande manifestação de apoio à Reforma Agrária, a realizar no domingo, depois de, no sábado, se proceder a visitar a herdades colectivas.*

*A concentração para o comício do dia 11 está marcada para as 15 horas.*



# 1.º DE MAIO NO PORTO SINDICATOS PENSAM A FESTA PRÓXIMA

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, do Distrito do Porto reuniu, na sua sede, os representantes dos órgãos de Informação, a fim de lhes dar conhecimento da campanha que está a promover para se criarem as condições necessárias para a realização das festas do 1.º de Maio.

Durante a reunião, presidida por Serafim Bastos, presidente da direcção do Sindicato, Mário Portugal decla-

rou que o seu Sindicato apenas pretende ser o impulsor de todo um movimento que resulte na concretização do objectivo apontado, pois para o seu êxito tem que haver a activa participação de todos os trabalhadores.

Foi revelado que a Intersindical criou uma comissão organizadora da festa, mas que isso não impede que a iniciativa do Sindicato continue a ter interesse.

3 JC

9/4/76

1.º de Maio

Dlx-9/4/76

## "Festa da unidade" tem programa nacional

As comemorações do 1.º de Maio, festa do Trabalho, vão decorrer este ano sob o lema de «Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores», promovida pela Intersindical.

Num encontro com a Imprensa, esta manhã, os dirigentes da central sindical divulgaram os objectivos e o programa das comemorações, que abrangem dezassete capitais de distritos e 13 concelhos.

«Sendo o 1.º de Maio, naturalmente, a festa de todos os trabalhadores, entende-se que a sua unidade é uma questão prioritária e, neste momento, de importância fundamental para a defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados», afirmou-se.

Pretende a Intersindical que as comemorações resultem num

ma jornada festiva, de unidade de todos os trabalhadores, de propaganda e reforço das estruturas do Movimento Sindical, de luta pela defesa das conquistas alcançadas, e de recolha de fundos necessários ao desenvolvimento da acção sindical.

A organização compete à Intersindical, através das suas estruturas regionais, e, ainda, aos Sindicatos e outras organizações de trabalhadores, filiados ou não na «Inte». Também participam outras entidades, designadamente o Inatel.

Prevê-se a comparência de alguns representantes das centrais sindicais de países estrangeiros, com quem a Intersindical mantém relações, e, ainda, representantes das três centrais sindicais mundiais.

O programa-tipo, que deverá atender às condições específicas de cada região, engloba

actividades desportivas (manhã), concentração com desfile e comício (tarde) e actividades culturais e recreativas (noite).

Em Lisboa, o programa, nos seus pontos fundamentais, consta de: alvorada, com desfile de bandas de música do Marquês de Pombal até ao Estádio Primeiro de Maio (8 horas); prova de atletismo para jovens, com partida, às 9.15 horas do Campo Grande e chegada ao Estádio; diversas provas de atletismo, em pista, festival de ginástica infantil, prova popular de corrida pedestre (manhã); piquenique, no Estádio; concentração, pelas 15 horas, na Alameda Afonso Henriques, e comício, também no Estádio, pelas 17 horas; canto livre (19 horas); espectáculos de cinema, teatro e variedades em diversos pontos da cidade (noite).



# Intersindical propõe um 1.º de Maio aberto a todos os sindicatos

«Na festa do 1.º de Maio deste ano, podem participar todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados na Intersindical» — informou esta manhã o Secretariado da central sindical única, em conferência de Imprensa, durante a qual divulgou o programa das comemorações do Dia Mundial dos Trabalhadores, que este ano decorrerão sob o lema da «Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores».

Sendo a unidade dos trabalhadores a preocupação fundamental dos organizadores, não está prevista a participação de partidos políticos. «Ainda que a situação actual não seja definitiva — salientou-se — consideramos que sobre a participação ou não de organizações partidárias é necessário o acordo unânime dos sindicatos». Por outro lado, «nada impede a participação de militares, sobretudo dos conselheiros da Revolução», não estando nada decidido quanto à presença de membros do Governo.

Este ano, a Intersindical adoptou, portanto um esquema substancialmente diferente nas comemorações do 1.º de Maio, quer no que diz respeito à participação de sindicatos não filiados, quer a convites formulados a partidos políticos e membros do Governo. Foi esta alteração que motivou o nosso repórter a indagar da eventualidade de esta decisão constituir uma autocritica relativamente à experiência do ano passado. A resposta veio de José Judas, elemento do Secretariado da Inter: «O ano passado, verificou-se uma grande divisão entre os trabalhadores, mas o que lá vai, lá vai; pensamos que é necessário esquecer de certo modo o que aconteceu, esquecer as feridas que nos afastaram. A nossa grande preocupação é a da unidade entre todos os trabalhadores».

As festas do 1.º de Maio decorrerão de forma descentralizada e em quase todo o País, devendo constituir uma dupla jornada de unidade e «de luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados». O programa incluirá actividades desportivas, desfiles, comícios e actividades culturais e recreativas. Conta-se com a presença de representantes das três centrais sindicais mundiais.

Em Lisboa, realizar-se-á um piquenique no Estádio 1.º de Maio, seguido de uma concentração dos trabalhadores na Alameda Afonso Henriques, referenciados por distritos e estandartes dos respectivos sindicatos. Haverá

(Continua na pág. 20)

## O 1.º DE MAIO

(Continuado da página 1)

depois um comício no mesmo Estádio e um canto livre, não sendo ainda conhecidos os oradores. Estes deverão, contudo, pertencer «quer a sindicatos de serviço, quer a sindicatos operários». À noite, estão previstos vários espectáculos de cinema e teatro.

Entretanto, inicia-se hoje em Beja mais um plenário nacional da Intersindical. A Reforma Agrária é o único ponto da ordem de trabalhos.



Capital - 9/4/76

# INTERSINDICAL ORGANIZA FESTEJOS DO 1.º DE MAIO

«**F**ESTA Nacional de Unidade dos Trabalhadores» é a sigla sob a qual a Intersindical vai promover os festejos do próximo 1.º de Maio — foi esta manhã revelado, no decorrer de uma conferência de Imprensa na sede daquela central única.

Este ano, os festejos decorrerão em todos os distritos do continente, por intermédio das Uniões de Sindicatos distritais, estando também previstas comemorações em concelhos, nomeadamente Barreiro (onde as realizações abrangerão o período de uma semana), Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Grândola, Marinha Grande, Montemor-o-Novo, Peniche, Portimão, S. João da Madeira, Sines, Torres Novas, Torres Vedras e Vieira de Leiria.

Para o efeito, o Secretariado da Intersindical apresentou um programa-tipo, o qual prevê actividades desportivas para a manhã do dia 1.º de Maio, concentração, desfile e comício, na parte da tarde e à noite, actividades culturais e recreativas. No dia 2, consoante as possibilidades, haverá actividades sindicais, recreativas, culturais e desportivas.

Estão previstos convites para a festa a realizar no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, dirigidos às três centrais sindicais mundiais. Elementos do Conselho da Revolução deverão também ser convidados a participar nas comemorações, nada estando ainda decidido quanto aos representantes dos partidos. Segundo declarou José Judas, este ano a Intersindical «está mais preocupada em promover a unidade dos trabalhadores do que em convidar os representantes dos partidos».

Segundo foi revelado no decorrer daquele encontro com os jornalistas, são os seguintes os objectivos das comemorações para este ano: «Uma jornada de unidade de todos os trabalhadores; uma jornada de luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados; uma jornada de propaganda e reforço das estruturas do movimento sindical; uma jornada de recolha de fundos necessários ao desenvolvimento da acção sindical; uma jornada festiva.»



Jornal  
Novo  
9/4/76

## PROBLEMAS SINDICAIS: A POSIÇÃO DO PCP-ML

Foi o nosso partido convidado pelo vosso jornal, por intermédio de Cândido de Azevedo, a tomar posição face aos mais importantes problemas que neste momento se põem a nível sindical. Concretamente, Cândido de Azevedo pediu-nos que falássemos sobre o que pensamos da Intersindical, o que é e o que deveria ser o "direito de tendência".

Apresentaram-se no "Jornal Novo" quatro sindicalistas do nosso partido, que, devido às posições assumidas por sindicalistas de outros partidos, tomaram uma posição crítica face a essas posições, com o que Cândido de Azevedo esteve de acordo.

Acabada a série de exposições de sindicalistas dos outros partidos convidados, passou-se uma semana e outra sem que as nossas posições viessem a público, como se impunha. Isto levou a que o nosso partido chamasse a atenção da direcção do "Jornal Novo" para o facto. Passados três dias, Cândido de Azevedo entraria em contacto com o nosso camarada Carlos Guinote, dizendo-lhe que a nossa exposição estava longa e que por isso tinha que proceder a cortes. Por outro lado, não concordava com a nossa linguagem em relação ao partido de Cunhal, como "nazis cunhalistas", "vende-pátrias", etc. Como é natural, não concordámos com Cândido de Azevedo.

Primeiro, porque a nossa exposição era mais curta do que a dos sindicalistas do PS, não tinha repetições e, embora se tenha que tomar em conta o espaço do jornal, que aliás não nos foi fixado, também é verdade que no campo das ideias não se pode fixar os espaços, como quem compra tecidos numa loja.

Queremos no entanto referir que o Cândido de Azevedo cortou foi de facto insignificante no espaço. Isto leva-nos a crer e a concluir que o que o jornalista do vosso jornal queria era ter um pretexto para poupar os seus amigos soviéticos e os lacaios do social-imperialismo russo em Portugal, o partido nazi cunhalista.

Segundo, porque o "Jornal Novo" sabe qual o tratamento que damos aos maiores inimigos da democracia em Portugal.

Desta maneira, quando nos convidaram, sabiam quais as posições do PCP (m-l) face ao partido que lança o terror onde tem força, que provavelmente lança as bombas nas suas sedes para se armar em vítima (de notar que nunca nenhum cunhalista foi ao "ar"), que oculta ao povo português o fascismo na União Soviética tentando fazer passar este país por socialista, etc., etc.

Foi assim que Cândido de Azevedo deturpou parte da nossa exposição e tentou, como se viu pelos subtítulos, colocar o PS como o maior alvo dos nossos ataques, quando a política do nosso partido não é essa. Sabemos distinguir no PS os democratas dos falsos democratas.

Ao cortar toda a parte inicial da intervenção do camarada Carlos Guinote, adocicou as críticas ao partido social-fascista, como se pode ver por um dos parágrafos cortados e retirou o sentido à exposição.

Foi feita uma pequena história da actuação política e sindical dos cunhalistas, para se perceber o carácter fascista do partido de Cunhal e afirmávamos a certo passo, depois de esclarecermos sobre as últimas movimentações de trabalhadores, no surto grevista: "É assim que estes vende-pátrias arrastam muitos trabalhadores enganados, para a defesa dos interesses do social-imperialismo russo no nosso país, que, se nos conseguisse dominar, exerceria sobre os trabalhadores e todo o povo português uma ditadura nazi muito mais negra do que o fascismo salazarista."

Alegou Cândido de Azevedo, para o corte deste parágrafo e outros, o facto de as apreciações de outros partidos em relação a nós também não virem à letra, para impedir choques no jornal e por ser hábito.

Disse o camarada Carlos Guinote que poderia pôr à vontade no jornal o que os outros dizem de

nos porque cá esta o povo português para ajuizar. Mas como Cândido de Azevedo sabe muito bem que os telhados do partido de Cunhal são muito frágeis, quis impedir que as nossas pedras lá chegassem. Esta é que é a realidade!

Cândido de Azevedo arma-se em juiz, acima dos partidos, querendo até aparecer como partidário. Nós e o povo português estamos fartos de partidários como Rosa Coutinho, Contreiras, Saraiva de Carvalho e de jornalistas como Cândido de Azevedo.

Queremos, sr. director, dizer ao jornalista do vosso jornal que caberá ao povo português fazer a selecção. Aquelas afirmações eram as nossas e não tinham que ser censuradas e foram de tal maneira que Cândido de Azevedo se colocou do lado do social-fascismo, do lado dos maiores reaccionários do nosso país.

Se Cândido de Azevedo não

concorda com as nossas posições, estamos à sua disposição e à dos restantes trabalhadores do "Jornal Novo" para travarmos um debate ideológico sobre elas. A menos que Cândido de Azevedo só conheça a linguagem da tesoura...

Que nós saibamos, o jornal que V. dirige não é partidário. Se Cândido de Azevedo quer trabalhar num jornal desse tipo, aí sim pode pôr as suas posições. Aconselhamos portanto o vosso jornalista a pedir emprego no "Diário da Manhã".

Agradecendo a publicação desta nossa posição, cumprimentamos V. e estamos sempre ao dispor para colaborarmos com o "Jornal Novo" que, depois da saída de Portela Duplo, é de facto um jornal novo. Mas cuidado com os camaleões!

*Departamento Sindical  
do Partido Comunista de Portugal  
(marxista-leninista)*



MESMO SEM PROVAS...

JUIZ-SINDICANTE DO MT

«ACONSELHA» SANEAMENTOS...

Ricínio  
9/4/76

Não tem havido um “número significativo de denúncias” de “ilegalidades” e “irregularidades” praticadas pelos anteriores responsáveis pela Secretaria de Estado do Trabalho — reconhece o juiz sindicante da SET, num ofício dirigido a um alto funcionário do Ministério do Trabalho.

Não obstante, considerando, entre outros factores, que “vai ficando a impressão de que se não tira proveito das lições havidas, e se instala uma desconfiança que vai inquinando a boa ultimção de assuntos laborais”, o juiz “aconselha” um director-geral do Ministério do Trabalho a que proceda, “independentemente dos resultados finais da sindicância”, à “desafecção” de trabalhadores que possam ser “eventualmente” mais “prejudiciais” do que “benéficos”... (pág. 7)

Antes de terminado o inquérito

## JUIZ SINDICANTE «ACONSELHA» MAIS SANEAMENTOS NO MT

“Ao volume de falas que havia antes de começar a Sindicância (...) não tem correspondido efectivamente número significativo de denúncias”

— reconhece o juiz sindicante aos anteriores responsáveis da Secretaria de Estado do Trabalho, num ofício dirigido a um alto funcionário do Ministério a quem “aconselha” a “desafecção” (saneamento?... ) de trabalhadores, que possam ser “eventualmente” mais “prejudiciais” do que “benéficos”, independentemente dos resultados finais da sindicância”.

O juiz sindicante — cujo trabalho nos tem merecido já algumas referências e também um processo em Tribunal — considera no seu ofício, dirigido ao director-geral das Relações Colectivas de Trabalho, como fundamentação dos saneamentos, que “vai ficando a impressão de que se não tira proveito das lições havidas, e se instala uma desconfiança que vai inquinando a boa ultimção de assuntos laborais”. Sobre “quem arredar”, o juiz sindicante não se “abalança a avançar nomes, na medida em que ainda não dispõe de seguros elementos de prova”, dei-

xando tal tarefa ao director-geral a quem se dirige.

Para que os nossos leitores possam com maior clareza avaliar dos métodos seguidos na sindicância, bem como das “dificuldades” de que tal missão se reveste, transcrevemos a seguir na íntegra o texto do ofício:

### POUCAS DENÚNCIAS

“Venho dando conta de que ao volume de falas que havia antes de começar a Sindicância que prossigo, e do que se disse nos dias de minha instalação, não tem correspondido efectivamente número significativo de denúncias; penso que devo lançar mão de outras vias para, na medida do desejável e possível, me desonerar satisfatoriamente do encargo que me foi cometido.

“Ora, cogito que um item adequado para me inteirar das eventuais irregularidades e ilegalidades levadas a efeito pelos funcionários da SET será partir-se da análise dos processos que pendem nessa D. G. e que se radique em conflitos laborais.

“Contudo, deparo com duas ordens de factores diversas:

— por um lado, seria enorme o tempo que levaria no estudo desses processos, dado contarem-se por centenas;

— por outro lado, o estudo deles seria árduo dada a desconexão que existirá deles, por se não seguirem criteriosas, sequer rigorosas ou objectivas, regras de incorporação dos documentos ou escritos, e pior do que isso normalmente conduziria, no aspecto de apanhar elementos significadores de negatividades funcionais, visto que, muito naturalmente, isso não constará escrito, e o mero compulsar de escritos não me dará conta daquelas irregularidades que tenham acontecido.

### NÃO SER MAIS PAPISTA QUE O PAPA

“Partir, em todo o caso, da análise desses processos, e contactar todos, ou à sorte, os interessados na expectativa de apurar ofendidos? — Seria um método, mas creio que o anúncio que já fiz da sindicância, e o que algumas vezes os meios de comunicação social vêm referindo, foi suficiente para despertar os eventuais “ofendidos”, para que exponham as suas “queixas”; se o não fazem é porque não querem, ou desconhecem a possibilidade de, e não podemos manifestamente ser mais papistas do que o Papa.

“Creio, porém, que será mais correcto que sejam os próprios serviços, que têm o dever de se ocupar desses casos, que me dêem conta de tais “ofendidos”, agravados.

“Não desconheço quanto de dificultoso haverá em se conseguir um tratamento igualitário, pesquisatório e exaustivo, visto que em princípio parece desaconselhável encarregar alguém disso, pois tanto acontecendo sortirá um aparente antilógico quanto à actuação da própria sindicância, muito embora se pudesse levar em conta que seria uma actividade interessante à sindicância prosseguida por fora dela.

“Não obstante, embora se

não venha, eventualmente, a obter melhores resultados, julgo que uma relativa centralização que V. Ex.<sup>a</sup> faça, coadjuvado pelos Senhores Directores de Serviço, será razoável para se detectarem tais casos, e a partir daí poder eu causadamente contactar cidadãos.

“Deixo aqui, pois, esta sugestão, que V. Ex.<sup>a</sup> com seus dois Directores de Serviços poderão discutir, inclusive comigo, a fim de se ponderar da viabilidade de se alcançar uma linha concreta e correcta de actuação.

### CONVITE AO SANEAMENTO

“Noutro plano, e sem pretender imiscuir-me nos assuntos dos demais departamentos, mas porque julgo que, independentemente dos resultados finais da sindicância, se deve adoptar no entretanto aquilo que se indicie aconselhável, venho sugerir a conveniência — se não mesmo a necessidade — de fazer com que alguns funcionários que se ocuparam dos “processos” na época em que não imperava o clima de trabalho que ora se nota existir sejam desafectados da continuação dessas negociações visto que alguns cidadãos me teriam, ou melhor, me terão feito reparo de que não foram bem recebidos, não foram bem tratados, não foram devidamente considerados os assuntos, mesmo alguns têm-se na conta de gravemente ofendidos, e hoje em

dia ainda se vêem na contingência de haver de contactar o funcionário que, no dizer de alguns, os lesou.

“É que, assim, vai ficando a impressão de que se não tira proveito das lições havidas, e se instala uma desconfiança que vai inquinando a boa ultimção de assuntos laborais.

Mas quem arredar? não me abalanco a avançar nomes, na medida em que ainda não disponho de seguros elementos de prova, conquanto tenha captado um punhado de referências para uns quantos funcionários; aguardo a resposta ao meu questionário para poder firmar melhor ideias neste campo.

“De modo que sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, na base daquilo que tenha chegado ao conhecimento, do que tenha acarreado, e de que possam adiantar seus mais cimeiros e qualificados colaboradores, detecte quem possa eventualmente ser, na presente fase de tratamento dos assuntos, mais prejudicial do que benéfico, a fim de que o desonere da mediação.

“Muito concretamente registado que me parece que, sem indicações razoáveis, se não deve proceder a desafecções para que se não venha a insuflar nos técnicos um sentimento de insegurança, de desinteresse. Creio, pois, que os casos devem ser bem ponderados”.



# SOLIDARIEDADE INTER-CFDT

“Reforçar a solidariedade activa e as acções concretas para lutar eficazmente contra a exploração e a dominação das empresas capitalistas multinacionais e nacionais” é o objectivo que se propuseram alcançar as delegações da Intersindical Nacional e da Confederação Francesa Democrática do Trabalho, reunidas em França de 5 a 7 de Abril.

Durante a estadia da delegação portuguesa naquele país, a convite da CFDT, efectuaram-se diversas sessões de trabalho. Abordou-se não só a situação sindical francesa, nos seus aspectos políticos, económicos e sociais, mas também a situação actual em Portugal, nomeadamente o desenvolvimento

do sindicalismo português. Foram igualmente discutidos os múltiplos problemas dos trabalhadores portugueses em França, os problemas sindicais e económicos da Europa, e o papel das sociedades multinacionais.

Em comunicado conjunto, elaborado no final do encontro, a CFDT, em face dos acontecimentos que se desenrolaram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974 — “reiterou à Intersindical a sua solidariedade para com os trabalhadores portugueses em luta pela instauração de uma sociedade livre e democrática e pelo reforço do sindicalismo democrático, de massas e de classe”.

C.F.D.T.

## Solidariedade com trabalhadores portugueses

A «situação sindical francesa» e a «situação actual em Portugal» constituíram os temas centrais de um encontro realizado em França, nos dias 6 e 7 do corrente mês, entre delegações da Intersindical Nacional e da CFDT. Lugar de destaque ocuparam, também, os problemas dos trabalhadores portugueses que vivem em França, os problemas sindicais e económicos da Europa e o papel das multinacionais.

A delegação portuguesa que se deslocou a França, a convite da Confederação francesa, era constituída por Carlos Carvalho e Carlos Dias, secretários nacionais, e Augusto Silva do departamento internacional. Este contacto, de acordo com o comunicado final divulgado pela Intersindical, seguiu-se a uma visita ao nosso País de uma delegação da CFDT, em Outubro de 1975, e permitiu um «melhor esclarecimento das realidades sindicais

respectivas e uma melhor definição dos terrenos em que se poderá desenvolver a cooperação entre as duas organizações».

«Face aos inúmeros acontecimentos que se desenrolaram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974», afirma-se no documento em referência, «a CFDT reiterou à Intersindical a sua solidariedade para com os trabalhadores portugueses em luta pela instauração de uma sociedade livre e democrática e pelo esforço do sindicalismo democrático, massas e de classe».

Por outro lado, a organização francesa considerou que «este encontro, increvendo-se no quadro dos contactos bilaterais que efectua com organizações sindicais europeias, constitui um passo mais para a criação de condições para uma acção comum indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores dos diferentes países europeus».

## «ISENÇÃO» PARTIDÁRIA

Nos estatutos dos sindicatos, os trabalhadores impuseram princípios de independência partidária.

Forças que não estão interessadas na unidade dos trabalhadores, têm muitas vezes agitado, demagogicamente, o argumento da independência partidária para atacar o movimento sindical unitário.

São essas mesmas forças que, quando tal lhes interessa, desrespeitam os princípios por que dizem bater-se e as normas que democraticamente deveriam respeitar.

Tivemos há pouco o exemplo de Jorge Campinos que, em Estocolmo, declarou que só dois sindicatos portugueses não tinham aderido ao Partido Socialista.

Há poucos dias, numa assembleia convocada para discutir a questão da Previdência, João Fernandes, membro da direcção do Sindicato dos Telefonistas do Norte, achou por bem reforçar o peso da sua argumentação invocando a qualidade de candidato do Partido Socialista (Porto) à Assembleia da República.

De facto, a tentação deveria ter sido grande, já que João Fernandes até é um sindicalista “isento”. Como o demonstrou, momentos depois, quando, “democraticamente”, fez calar um camarada de trabalho de quem divergia na questão da Previdência, acusando-o de defender uma “posição partidária”.

G. M.



# COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

## ORGANIZADAS PELA INTERSINDICAL

Para dar a conhecer o programa prévio das comemorações do 1.º de Maio, elementos dos Secretariados da Intersindical e da União dos Sindicatos de Lisboa deram ontem uma conferência de imprensa na sede daquela organização.

Assim, as comemorações deste ano decorrerão sob o lema «Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores», tendo-se adoptado tal designação — segundo os promotores da reunião de hoje — porque as comemorações abrangerão quase todo o País, mais precisamente 17 capitais de distrito e 13 concelhos, e porque o Dia Internacional do Trabalhador deve traduzir-se em grandes manifestações de massas, sendo a unidade a questão prioritária para a defesa das conquistas alcançadas.

Procurar-se-á atingir os seguintes objectivos com o programa ora elaborado: jornada de luta e unidade, de propaganda e reforço das estruturas do movimento sindical. Aliada à jornada festiva, efectuar-se-á uma recolha de fundos destinada ao desenvolvimento da acção sindical.

Do programa de acção destaca-se: prova de atletismo para jovens dos 10 aos 13 anos; provas de atletismo, já no Estádio 1.º de Maio, cujos participantes são trabalhadores (colaboração do Inatel); festival de ginástica infantil e corrida pedestre, tudo actividades a realizar durante a manhã.

Pelas 13 horas haverá um piquenique no Estádio 1.º de Maio e, cerca das 15 horas, concentração de trabalhadores na Alameda Afonso Henriques.

As 17 horas iniciar-se-á um comício no Estádio, seguido de canto livre.

A noite será reservada para espectáculos de cinema, teatros e variedades, a levar a cabo em diversos pontos da cidade. *D. Popular 10/4/76*

### 1.º DE MAIO

# FESTA NACIONAL DE UNIDADE DOS TRABALHADORES

*Diário - 10/4/76*

As comemorações do 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, decorrerão, este ano, subordinadas ao lema da unidade. O tema foi motivo para uma conferência de imprensa dada pela Intersindical na sua sede em Lisboa.

Conforme explicou um dos membros da mesa — composta por António Andrade, José Judas e Joaquim Moreira, todos do Secretariado da Inter, e Higinio Santos, Manuel Coelho e João Silva do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa — “estamos neste momento mais interessados em obter a unidade dos trabalhadores do que a comparência dos partidos”. Assim não serão convidados partidos políticos, embora se admita a presença de militares, nomeadamente do Conselho da Revolução.

Em 1974 e 1975 as comemorações então realizadas pela Intersindical Nacional traduziram-se em “grandes manifestações de massas de indiscutível significado político que mostram a determinação dos trabalhadores em intervir, activamente, na construção de uma sociedade melhor e mais justa para todos os portugueses. Este ano adoptou-se a designação de “Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores” por duas razões fundamentais: Nacional, uma vez que as referidas comemorações abrangerão praticamente todos o país, mais exactamente 17 capitais de distritos e 13 concelhos; de Unidade, porque sendo o 1.º de Maio a festa de todos os trabalhadores, entende-se que a sua unidade é uma questão prioritária e, neste momento, de importância fundamental para a defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à unidade sem exploradores nem explorados”.

A organização das comemorações será descentralizada, competindo à

Intersindical Nacional, através das suas estruturas regionais, e ainda aos Sindicatos e outras organizações de trabalhadores, filiados ou não, na Intersindical. Para além de outras entidades, como o INATEL, com quem estão a ser estabelecidos contactos, deverão estar presentes representantes das centrais sindicais nacionais de países estrangeiros, com quem a Intersindical mantém relações, e ainda representantes das três Centrais Sindicais Mundiais.

Os objectivos das comemorações, cujo programa foi criado pelo Secretariado da Intersindical com a concordância dos Sindicatos, são os seguintes: uma jornada de unidade de todos os trabalhadores, uma jornada de luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados; uma jornada de propaganda e reforço das estruturas do Movimento Sindical; uma jornada de recolha de fundos necessários ao desenvolvimento da acção sindical; uma jornada festiva.

Como programa-tipo, que

deverá atender às condições específicas de cada região, foi proposto um esquema tripartido: de actividades desportivas (manhã); concentração, desfile e comício (tarde); actividades culturais e recreativas (noite) para o dia 1, e de actividades sindicais, recreativas, culturais e desportivas para o dia 2.

No dia 1, pelas 8 horas da manhã haverá alvorada com foguetes e concentração de bandas no Marquês de Pombal com desfile até ao Estádio 1.º de Maio. Pelas 9 horas, no Campo Grande, haverá provas de Atletismo para jovens dos 10 aos 13 anos. Às 10 horas realizar-se-ão provas de atletismo por trabalhadores, no Estádio 1.º de Maio.

Às 10 e 30 e às 11 horas haverá, respectivamente, festival de ginástica infantil e corrida pedestre com partida dos Restauradores. Depois do piquenique no Estádio, às 13 horas, iniciar-se-á o comício pelas 17 horas, seguido de canto livre. Às 21 e 30 dar-se-á início, em diversos pontos da cidade, a espectáculos de cinema, teatro e variedades, cujos bilhetes terão um preço uniforme.



# Trabalho

## Na Voz do Operário

### Representantes dos trabalhadores defendem Governo de esquerda

«Cada vez é mais notória a ofensiva das forças reacionárias e fascistas contra as conquistas do nosso povo. Mas, ainda maior, mais firme e decidida, é a determinação das massas trabalhadoras de se lhe oporem, em defenderem as liberdades e a democracia» — afirmou o trabalhador metalúrgico, Manuel Candeia, no acto de abertura do Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do distrito de Lisboa.

Centenas de trabalhadores deslocaram-se à Voz do Operário, em representação das suas empresas. A Renascença Gráfica participa neste encontro com um membro da Comissão de Trabalhadores. A organização deste encontro pertence aos Sindicatos da Construção Civil, Cerâmica, Rodoviários, Metalúrgicos, Químicos e Vidreiros, assim como ao Secretariado Inter-Comissões do Grupo CUF, Secretariado Provisório pró-nacional dos trabalhadores da Construção Civil, Intersindical e União dos Sindicatos de Lisboa e Secretariado Provisório das Empresas em Autogestão.

Depois de repudiar a vio-

lência fascista que alastra o nosso país (foi aguardado um minuto de silêncio pelas mortes do padroeiro Maximino, candidato da U.D.P., e da jovem militante do mesmo partido), Manuel Candeia referiu-se aos saneamentos à esquerda nos diferentes Ministérios, a alta dos preços, etc. Chamou a atenção para a necessidade de defender a Constituição, «que representa, sem dúvida alguma, uma conquista histórica do nosso povo, que consagra as conquistas fundamentais da nossa JRevolução, para concluir: «Uma das nossas tarefas essenciais é lutarmos por um Governo de esquerda que, identificado com os nossos interesses e que acompanhado a nossa luta, levará à prática uma política progressista, capaz de manter as liberdades, assegurar as conquistas revolucionárias, resolver os graves problemas da nossa economia e do nosso povo e permitir o avanço do caminho do socialismo».

#### A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Os trabalhadores, depois da abertura do encontro, dividiram-se por três secções. 1.ª secção: «A Organização na

Empresa e a Organização Regional»; 2.ª secção «A Organização por ramo de actividade» e a 3.ª «A recuperação capitalista». Os trabalhos, nestas secções, prolongam-se por todo o dia, terminando com o plenário, à noite, onde serão discutidas e votadas as moções ali apresentadas.

Entretanto, a TV também ali se deslocou para a fazer a cobertura do acontecimento. Perante uma voz que se levantou contra isso, diria um membro da mesa: «Com o nosso esforço, a nossa luta, conseguiremos pôr de novo a televisão ao serviço dos trabalhadores. Isto, com o apoio dos homens honestos que ainda lá se encontram».

A pedir auxílio denunciando a sua situação, também ali deslocaram os representantes da Cooperativa hoteleira-Restaurante Popular, no Mercado do Pvo.

Neste momento, prosseguem as discussões na especialidade. Segundo nos informaram, a situação de alguns órgãos de Informação, particularmente o que se passará com a secção de Trabalho do «Diário de Notícias».



Centenas de trabalhadores estão hoje reunidos na Voz do Operário. Delegados sindicais e Comissões de Trabalhadores discutem problemas de organização e de formas de luta contra a recuperação capitalista



# ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E C.T.'s

## «PELA DEFESA DAS LIBERDADES E DA DEMOCRACIA»

**R**EPRESENTANTES de comissões de trabalhadores e delegados sindicais de grande número de empresas do distrito de Lisboa participam, desde a manhã de hoje, num encontro que está a decorrer na Voz do Operário, e cujos objectivos genéricos são «o reforço da unidade e organização dos trabalhadores e a defesa das liberdades e da democracia».

Na mesa que presidiu à sessão de abertura do Encontro estiveram representadas as organizações promotoras daquela iniciativa: a Intersindical, os Sindicatos dos Cerâmicos, Construção Civil, Químicos, Metalúrgicos, Rodoviários e Vidreiros, o Secretariado do Pró-Conselho Nacional de Trabalhadores da Construção Civil, a Comissão Coordenadora do Grupo C. U. F. e o Secretariado Provisório das Empresas em Autogestão.

Após uma explicação sobre o processar dos trabalhos, que decorrerão divididos por três secções — organização na empresa e regional; organização por ramo de actividade e a recuperação capitalista — Manuel Mendes, do Sindicato dos Metalúrgicos, procedeu à leitura de um documento do Secretariado Organizador sobre os objectivos e os pontos de discussão. Entre outros assuntos foca-

dos, o secretariado organizador considera, naquele documento que «é cada vez mais notória a ofensiva das forças reaccionárias e fascistas contra o nosso povo» e alerta os trabalhadores para a necessidade de, com a sua força, imporem a resolução dos graves problemas que os afectam, que passa pela destruição do poder dos monopólios e pelo apontar claro de uma perspectiva de construção de uma sociedade socialista».

Antes da intervenção de Adérito Catalão, membro do Secretariado Nacional da Intersindical, que saudou todos os trabalhadores presentes, foi guardado um minuto de silêncio «em memória do padre Maximino e da camarada Lurdes, «vítimas do atentado reaccionário em Vila Real».

Cerca das 11 horas foram iniciados os trabalhos nas três secções já referidas. A sessão de encerramento, novamente em assembleia plenária, deverá começar por volta das 17 horas e ali serão lidas e votadas as conclusões dos debates havidos nas secções.



A mesa que presidiu à sessão de abertura do Encontro na Voz do Operário





Foto de A. Geraldo

Os membros do secretariado da Intersindical, revelando aos jornalistas, em conferência de Imprensa, ontem, de manhã, efectuada, o programa das comemorações do 1.º de Maio

## INTERSINDICAL PROPÕE 1.º DE MAIO PARA TODOS

A Intersindical decidiu promover no próximo 1.º de Maio a Festa Nacional da Unidade dos Trabalhadores, na qual podem participar todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados na central sindical nacional — informou ontem de manhã o secretariado da Inter em conferência de Imprensa.

A participação de partidos políticos ainda não está decidida, pois é necessário «o acordo unânime dos sindicatos». Podem, no entanto, participar militares, especialmente membros do Conselho da Revolução. Nada está decidido sobre a participação de membros do Governo.

A posição este ano adaptada face à participação de membros do Governo e sindicatos não filiados na Intersindical é substancialmente diferente do ano passado, tendo a este respeito sido os jornalistas esclarecidos que «é necessário esquecer o que se passou, esquecer as feridas que dividiram os trabalhadores».

A festa deste ano decorrerá de forma descentralizada, cobrindo quase todo o País. O programa incluirá actividades desportivas, desfiles, comícios e actividades culturais e recreativas. Conta-se que estejam presentes representantes de centrais sindicais estrangeiras.

Os festejos decorrerão em capitais de distrito (Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Vi-

seu) e nas sedes de concelho (Barreiro, Caldas da Rainha, Castenheira de Pêra, Grândola, Marinha Grande, Montemor-o-Novo, Peniche, Portimão, São João da Madeira, Sines, Torres Novas, Torres Vedras e Vieira de Leiria).



J. Novo 10/4/76

# Saneados podem recorrer

O ministro do Trabalho emitiu um despacho que visa, por um lado, regularizar uma série de situações injustas e, por outro, proceder ao enquadramento legal de inúmeros casos de "afastamentos de facto" de trabalhadores, de modo a converter esse afastamento em despedimento, se se provar ter havido justa causa.

Diz o citado despacho:

— Os trabalhadores "saneados" nas empresas privadas ou nacionalizadas, a quem não tenham sido dadas possibilidades de defesa, ou aqueles a quem tenham sido imputados factos, sem prova bastante de sua culpabilidade, poderão requerer ao Ministério do Trabalho a revisão da sua situação.

— Considerar-se-á "saneamento" o facto impeditivo da prestação normal de trabalho desde que posterior a 25 de Abril 1974, cuja iniciativa não tenha sido exclusivamente da entidade patronal e que não fosse consequências de um processo regular de despedimento com justa causa.

— Os processos de saneamento, desde que devidamente fundamentados, em factos reveladores de ligações com instituições políticas do regime deposedo a 25 de Abril 1974, como a PIDE-DGS, a Legião Portuguesa, ou comissões de censura, serão remetidos aos departamentos competentes para averiguação.

— Poderá ser proposta a conversão em despedimento com justa causa, dos saneamentos fundamentados em situações consideradas como favoritismo político, apadrinhado pelo regime deposedo a 25 de Abril 1974, ou em práticas de actos de obstrução com o

— Do despacho a que se refere o nr. anterior será notificado a entidade patronal, as comissões de trabalhadores da empresa do trabalhador saneado e o sindicato respectivo.

— Num prazo de 8 dias, a partir da data da notificação do despacho a que se refere o número anterior deverão as organizações representativas dos trabalhadores designar um assistente à instrução do processo.

— Poderão igualmente constituir-se assistentes à instrução, no mesmo prazo, os trabalhadores do sector do "saneado" ou da sua zona de competência, para o que deverão eleger um representante, para o efeito, por escrutínio secreto.

— Findo o prazo, referido no n.º 7, se nenhum elemento estiver designado, a instrução será feita exclusivamente pelo instrutor nomeado para o efeito.

— Os assistentes à instrução poderão requerer todas as diligências de prova que considerem necessárias e juntar ao processo todos os documentos que repute relevantes.

— O resultado geral do inquérito e suas conclusões, poderá ser submetido à apreciação da assembleia de trabalhadores, se assim requererem os assistentes à instrução do processo.

— Se a assembleia entender deliberar sobre as conclusões do inquérito, tem de o fazer por escrutínio secreto e com a maioria de 2/3 dos trabalhadores da empresa.

— O processo de inquérito será presente ao ministro do Trabalho acompanhado da acta da assembleia de trabalhadores, quando existir.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO REGULAMENTA SANEAMENTOS

Um despacho do ministro do Trabalho, já enviado para publicação, estabelece normas relativas à prática de saneamentos nas empresas privadas e nacionalizadas, até que a regulamentação desta matéria seja "feita por via legislativa, o que acontecerá num curto espaço de tempo".

No despacho, considera-se que "as medidas de saneamento, hoje, só levam a divisões no seio dos trabalhadores, ao desemprego, ao deapauamento económico, à deterioração progressiva das relações de trabalho e, o que é muito mais grave, à persistência de um clima de ódio e hostilidade, de todo em todo incompatível com a vivência democrática e socialista". Os trabalhadores "saneados" nas empresas privadas ou nacionalizadas, a quem "não tenham sido dadas possibilidades de defesa", ou aqueles a que tenham sido imputados factos "sem prova bastante da sua culpabilidade", poderão, por isso, recorrer ao Ministério do Trabalho para "a revisão da sua situação".

Depois de definir o conceito de saneamento — "o facto impeditivo da prestação normal de trabalho desde que posterior a 25 de Abril de 1974, cuja iniciativa não tenha sido exclusivamente da entidade patronal e que não fosse

consequência de um processo regular de despedimento com justa causa" — o despacho determina o mecanismo por que serão instruídos os processos.

Assim, quando o pedido de revisão seja considerado procedente, será mandado instaurar um processo de inquérito e nomeado o respectivo instrutor por despacho do ministro do Trabalho, de que se dará conhecimento à entidade patronal, às comissões de trabalhadores da empresa do trabalhador saneado e ao sindicato respectivo.

Num prazo de oito dias, as organizações representativas de trabalhadores poderão designar um "assistente" à instrução do processo, o mesmo podendo acontecer relativamente aos trabalhadores do sector do saneado ou da sua "zona de competência", para o que deverão eleger um representante. Se nenhum elemento estiver designado, findo o prazo previsto, "a instrução será feita exclusivamente pelo instrutor nomeado para o efeito". O despacho determina também que os assistentes à instrução poderão requerer todas as diligências de prova que considerem necessárias e juntar ao processo todos os documentos que repute relevantes.

Quanto ao resultado geral do inquérito e suas conclusões, o diploma prevê que ele possa ser submetido à apreciação da assembleia plenária de trabalhadores, se assim requererem os assistentes à instrução do processo e que, "se a assembleia entender deliberar sobre as conclusões do inquérito", tem de o fazer "por escrutínio secreto e com a maioria de dois terços dos trabalhadores da empresa". O processo de inquérito será presente ao ministro do Trabalho, acompanhado da acta da assembleia de trabalhadores, quando esta tiver reunido para o efeito.

Ricardo 10/4/76



# Plenário da Intersindical aprova apoio à Reforma Agrária

Delegados de oitenta e quatro sindicatos de todo o país, de oito delegações, cinco secções, nove uniões distritais, duas uniões locais e três federações do ramo da actividade (têxteis, metalúrgicos, e comércio) filiados na Intersindical e, ainda, de 78 cooperativas agrícolas, representando 612 herdades colectivas, aprovaram, no plenário da Central Sindical Única, ontem realizado, em Beja, um plano de apoio à Reforma Agrária.

Durante as largas horas de debate, os sindicalistas presentes focaram a necessidade de constituir um fundo de apoio às conquistas dos trabalhadores rurais, a organização e activação de jornadas de trabalho voluntário nos campos, a organização de área de consumo colectivo e sua articulação como áreas de produção controladas pelos trabalhadores rurais, a criação de comissões de apoio à Reforma Agrária nos locais de trabalho, a mobilização de solidariedade dos portugueses emigrados e dos trabalhadores estrangeiros, a realização de plenários, assembleias e outras reuniões de massas para discussão do tema e a intensificação de campanhas de informação e propaganda. A urgência de pôr em prática todas estas iniciativas simultâneas foi salientado por um delegado de Santarém: "O Alentejo será ao longo da campanha eleitoral um dos alvos preferidos da reacção. E os nossos camaradas, em Leiria, em Santarém, no Norte, ouviram os senhores Freitas do Amaral, Sá Carneiro e Galvão de Melo dizer mal da Reforma Agrária.

O plenário teve início com a apresentação de um extenso documento proposto pelo Secretariado da Intersindical Nacional, no qual se afirma, nomeadamente, ter sido 1975 um ano de árduas lutas e grandes vitórias para os trabalhadores dos campos de Portugal."

"Entre Fevereiro e Dezembro, precisa o documento mais de 100 mil trabalhadores da terra alentejana e ribatejana, regada longos anos com muito suor e muito sangue, expulsaram para sempre umas poucas centenas de latifundiários parasitas e opressores. Mais de um milhão de hectares de terras ficaram sendo propriedade nacional, de todo o povo e sobre essas extensas terras devastadas os trabalhadores ergueram centenas de novas unidades colectivas de produção, dirigidas por assalariados e pequenos agricultores." Depois de se referir à melhoria económica registada, o texto indica que os assalariados agrícolas do Norte também têm obtido as suas conquistas:

"Os pequenos agricultores nortenhos, sujeitos também à espoliação e outras violências dos senhores da terra, dão crescente força aos seus movimentos unitários: o Movimento para a Extinção dos Foros (M.E.F.), o Movimento dos Utentes dos Baldios (M.U.B.), o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (M.A.R.N.), o Movimento para uma Melhor Previdência Rural (M.A.P.R.U.), que tão arduamente têm combatido pela urgente e completa abolição do abominável regime dos foros, pela restituição ao uso colectivo dos povos das imensas terras baldias de que os grandes senhores os esbulharam, pelo imediato cumprimento das leis de arrendamento rural, pela garantia de um mínimo elementar de previdência rural a todos os que trabalham a terra. Os camponeses do Norte deram também já os primeiros passos seguros para a criação de novas cooperativas para a comercialização e para a própria produção agrícola. Essas cooperativas, verdadeiramente dirigidas pelos trabalhadores da terra e por isso mesmo irrompendo com as formas novas de produzir e comercializar, também ali acabaram por dar fim à exploração capitalista."



Plenário da Intersindical, em Beja: «a R.A. é um dos maiores obstáculos ao regresso do fascismo»

Considerando a Reforma Agrária como um "dos maiores obstáculos ao regresso do fascismo e dos poderosos patrões da banca, da indústria e da terra", o relatório refere:

"Por isso, a reacção encarna cada vez mais os seus ataques à Reforma Agrária. Ao despedir, ao espancar, ao agredir a tiro e à bomba trabalhadores assalariados, só pelo facto de serem dirigentes sindicais ou simples associados dos sindicatos, a reacção não revela força mas desespero. E mostra ainda a sua fraqueza e desespero ao lançar para a rua rendeiros e suas famílias, ao destruir-lhes casas e culturas, apenas por reclamarem a aplicação das leis do arrendamento rural. A reacção de

à bomba contra as organizações sindicais e de produção dos trabalhadores.

Mas a reacção sabe que não é a ferro e fogo que pode vencer a valentia do operariado agrícola e do campesinato pobre do nosso país. A maior esperança da reacção consiste em tentar fazê-los render pela fome.

Está em curso uma feroz ofensiva contra os trabalhadores do campo.

Não apenas contra os que produzem e lutam nas herdades colectivas. Também contra os que tanto trabalham e lutam no sector da pequena produção camponesa. Para uns e outros acabam de ser tomadas pelo Ministério das Finanças bem duras medidas:

iniciativas no campo económico, mais fácil será conseguir que os diferentes organismos estatais venham a cumprir as suas obrigações de apoio ao primordial sector da produção agrícola, repondo os fundos adiantados pelo F.A.R.A."

É do maior interesse nacional e de todos os trabalhadores portugueses levar a efeito uma Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária, que seja uma força imparável de impulso ao processo produtivo controlado pelos trabalhadores e, consequentemente, ao processo revolucionário, a caminho do socialismo." — conclui o documento que temos citado.

## CAP e trabalhadores agrícolas Armas proibidas em Portalegre

Do Quartel-General da Região Militar do Sul recebemos, com pedido de divulgação, o seguinte comunicado:

"Devidamente autorizada pelo governador civil do distrito de Portalegre, a Confederação dos Agricultores de Portugal promove um plenário de agricultores amanhã, pelas 15 horas, no sítio da Portagem (Marvão).

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, ambos do distrito de Portalegre, efectuarão uma manifestação-comício amanhã, na Praça da República (Portalegre), também devidamente autorizados pelo governador civil do distrito.

O comandante da Região Militar do Sul reafirma a sua determinação em garantir a liberdade de realização de ambas as reuniões, para o que empregará os meios ao seu dispor.

Chama-se mais uma vez a atenção de todas as pessoas interessadas em participar em qualquer das reuniões, para a necessidade de:

- 1. Não levar para as manifestações qualquer tipo de arma;
- 2. Facilitar a circulação dos itinerários de acesso e retirada, evitando engarrafamentos e incitamentos à violência, que poderão acabar por conduzir a confrontações;
- 3. Cooperar com as forças de segurança no cumprimento da sua missão de garantir a liberdade de reunião."

todos os tipos verifica não conseguir deter a avalanche revolucionária dos trabalhadores do campo por muito que varie as manobras utilizadas: intoxicação política reaccionária, adiamento e adulteração de leis justas (trabalho rural, associações sindicais e de pequenos agricultores, previdência rural, arrendamento rural, foros, baldios, créditos, impostos, saneamento dos circuitos comerciais, etc). Intenta dividir trabalhadores, lançar seareiros contra assalariados. Pressiona para que seja suspensa a expropriação dos enormes latifúndios ainda nas mãos de perniciosos sabotadores e para atirar com massas de desempregados e de seareiros sobre as unidades colectivas dos trabalhadores, tentando destruí-las e comprometer em tão vis manobras forças militares e ameaçar dividir ainda mais as Forças Armadas. Além disso, organiza bandos de agrários expropriados, grandes negociantes, pides libertados e marginais de toda a espécie para, sob a capa da "C.A.P.", ELP e CIA, investirem à paulada, a tiro e

agravamento de taxas de juro e novas restrições ao crédito de emergência, enquanto se favorece o crédito para agrários; ameaças de corte total daquele crédito. Isto segue-se a corte total de crédito para máquinas, a somar à inexistência de ajudas financeiras para compras de gados e de materiais de construção para obras. Essas compras e obras são da maior urgência para a produção agrícola e para a dinamização de todo o país.

Entretanto no campo das propostas, o documento da Intersindical avança com o projecto de "criação de um forte Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.), uma necessidade imperiosa, vital, para a defesa dos trabalhadores, num momento crucial de ofensiva reaccionária."

"Com esse fundo, prossegue, os trabalhadores passarão a dispor de uma força decisiva para desencadear e impulsar processos económicos fundamentais, quer a reacção queira ou não.

Tendo os trabalhadores essa capacidade para tomar poderosas

### CONTRA A CAP

Para além deste documento, registaram-se dezenas de intervenções no plenário, coincidentes a maior parte delas nos aspectos principais.

Os delegados presentes reconhecendo, embora, a dificuldade de penetração da reforma agrária no resto do país, não quiseram deixar de marcar posição relativamente à CAP e à reunião de agricultores que amanhã se realiza em Portalegre. Sob proposta do sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul cuja linha não coincide com a da Intersindical em bloco, como aliás acontece com outros sindicatos presentes (Escritórios, Comércio, Ourivesaria) foi aprovada, com abstenção do sindicato dos Seguros, uma moção "repudiando energeticamente as recentes investidas da CAP exigindo aos órgãos do poder medidas que visam a defesa da reforma agrária como uma das maiores conquistas dos explorados do nosso país post-25 de Abril e repudiando o encontro marcado para Portalegre".

Maior divergência, sob a forma de muita discussão e oito abstenções, suscitaria uma proposta dos sindicatos agrícolas, sobretudo pelo facto de defender a criação de um Fundo de Apoio à Reforma Agrária (FARA) sob direcção de um secretariado formado por representantes dos referidos sindicatos. Essa divergência foi apenas, pode-se dizer, de carácter "estratégico", pois alguns dos delegados presentes pretendiam levar à assembleia dos seus sindicatos a proposta. A mesa do plenário era formada por representantes do secretariado da Intersindical e dos sindicatos agrícolas de Lisboa, Santarém, Leiria, Beja, Évora e Portalegre.

Depois de visitas a unidade, colectivas de produção que se iniciaram de manhã, este fim-de-semana de apoio à reforma agrária termina na tarde de amanhã com a concentração comício no Largo das , durante a qual tornarão a usar da palavra dirigentes sindicais agrícolas e um elemento da Intersindical, Manuel Godinho.



# MINISTÉRIO DO TRABALHO REGULAMENTA SANEAMENTOS NAS EMPRESAS PRIVADAS

**O**s saneamentos de trabalhadores nas empresas privadas são agora, à semelhança do que já existe para a função pública, objecto de regulamentação, através de um despacho do Ministério do Trabalho, já enviado para publicação. O diploma que, no seu relatório, descreve os tipos de saneamentos que se têm verificado, obedece, fundamentalmente, a uma preocupação de garantir os meios de defesa do trabalhador afastado que não tenha podido provar a inculpação nos factos imputados. Para o efeito, será o próprio Ministério do Trabalho quem centralizará o inquérito, concedendo aos restantes trabalhadores da empresa a possibilidade de acompanharem o processo.

É o seguinte o articulado do despacho agora emitido:

N.º 1 — Os trabalhadores «saneados» nas empresas privadas ou nacionalizadas, a quem não tenham sido dadas possibilidades de defesa, ou aqueles a quem tenham sido imputados factos, sem prova bastante de sua culpabilidade, poderão requerer ao Ministério do Trabalho a revisão da sua situação.

N.º 2 — Considerar-se-á «saneamento» o facto impeditivo da prestação normal de trabalho desde que posterior a 25 de Abril de 1974, cuja iniciativa não tenha sido exclusivamente da entidade patronal e que não fosse consequência de um processo regular de despedimento com justa causa.

N.º 3 — Os processos de saneamento,

desde que devidamente fundamentados em factos reveladores de ligações com instituições políticas do regime deposto a 25 de Abril de 1974, como a P.I.D.E./D.G.S., a Legião Portuguesa, ou comissões de censura, serão remetidos aos departamentos competentes para averiguação.

N.º 4 — Poderá ser proposta a conversão em despedimento com justa causa dos saneamentos fundamentais em situações consideradas como favoritismo político, apadrinhado pelo regime deposto a 25 de Abril de 1974, ou em práticas de actos de obstrução com o objectivo de sabotagem económica, ou ainda em comportamentos antidemocráticos, desde que esses actos ou práticas se tivessem inequivocamente revelado nos comportamentos previstos nas alíneas do n.º 2 do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 84/76, de 28 de Janeiro.

N.º 5 — Quando o pedido de revisão seja considerado procedente, face ao que se dispõe no n.º 1, será mandado instaurar um processo de inquérito e nomeado o respectivo instrutor por despacho do ministro do Trabalho.

N.º 6 — Do despacho a que se refere o número anterior serão notificadas a entidade patronal, as comissões de trabalhadores da empresa do trabalhador saneado e o sindicato respectivo.

N.º 7 — Num prazo de oito dias, a partir da data da notificação do despacho a que se

refere o número anterior, deverão as organizações representativas dos trabalhadores designar um assistente à instrução do processo.

N.º 8 — Poderão igualmente constituir-se assistentes à instrução, no mesmo prazo, os trabalhadores do sector do «saneado» ou da sua zona de competência, para o que deverão eleger, um representante, para o efeito, por escrutínio secreto.

N.º 9 — Findo o prazo, referido no n.º 7, se nenhum elemento estiver designado, a instrução será feita exclusivamente pelo instrutor nomeado para o efeito.

N.º 10 — Os assistentes à instrução poderão requerer todas as diligências de prova que considerem necessárias e juntar ao processo todos os documentos que repute relevantes.

N.º 11 — O resultado geral do inquérito, e suas conclusões, poderá ser submetido à apreciação da assembleia plenária de trabalhadores, se assim requererem os assistentes à instrução do processo.

N.º 12 — Se a assembleia entender deliberar sobre as conclusões do inquérito, tem de o fazer por escrutínio secreto e com a maioria de 2/3 dos trabalhadores da empresa.

N.º 13 — O processo de inquérito será presente ao ministro do Trabalho acompanhado da acta da assembleia de trabalhadores, quando existir.»

P Popular  
10/4/76

## PLENÁRIO DA INTERSINDICAL SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

**BEJA** — No plenário da Intersindical sobre a Reforma Agrária que, ontem, reuniu, nesta cidade, cerca de um milhar de representantes de sindicatos e comissões de trabalhadores de cooperativas agrícolas de todo o País, foi aprovado o estatuto do Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F. A. R. A.), cujo objectivo central «consiste em prestar todo o possível apoio aos trabalhadores do campo em luta pela concretização do programa da Reforma Agrária».

No decorrer dos trabalhos foi posta em realce a solidariedade que deve existir entre o trabalhador da cidade e o homem do campo, apontando-se também que a Reforma Agrária deve ser extensiva a todo o País.

Os ministros da Agricultura e do Comércio Interno foram alvo de acerbas críticas por se considerar que a sua actuação

não se tem pautado pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras conforme — acentou-se — era seu estrito dever.

O programa deste encontro incluiu, hoje, visitas às unidades colectivas de produção agrícola Sol Nascente (Aldeia Nova de S. Bento), 25 de Janeiro (Vidigueira), 1918 (Vale de S. Tiago) e Freguesia de Unidade (Ervidel).

A noite, haverá, na Herdade do Peso (Pedrógão), um serão recreativo e cultural com a apresentação da peça «Um Grande Cidadão», pelo Grupo de Trabalhadores de Campolide, seguindo-se cantares regionais e revolucionários.

A jornada termina amanhã com uma concentração-cómicio, no decorrer da qual serão lidas as conclusões do encontro.